

Diário da Assembléia

Nº 3.026

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quielse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Álvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Álvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quielse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 53.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 30 de abril de 1974 - (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Antônio Belinati.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Junior — Arthur de Souza — Basílio Zarusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Wilson Fortes (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antonio Maciel — Arizone Araújo — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 107-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 142-73, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Inspeção de Ensino de Rondon, com sede na cidade do mesmo nome e com jurisdição sobre os Municípios de Rondon, Indianópolis e Guaporema. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**
 Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 54.ª Sessão Ordinária
Realizada em 30 de abril de 1974 - (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Basílio Zarusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Wilson Fortes (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antonio Maciel — Arizone Araújo — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 18-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado ao Exmo. Senhor Secretário dos Negócios de Saúde Pública, Doutor Ivan Beira Fontoura, ofício contendo apelo no sentido de que seja instalado um Posto de Saúde na Colônia de Entre Rios, Colônia Vitória, Município de Guarapuava.

O presente pedido prende-se ao fato de que a Colônia Entre Rios apresenta um elevado índice populacional e expressiva arrecadação que já justifica plenamente tal medida, pois representa uma verdadeira cidade e tal consecução muito virá beneficiar aquela laboriosa população, que tanto tem feito e produzido pelo engrandecimento de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1974.

(a) — Igo Losso

Requerimento

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos, um voto de regozijo pelo transcurso em data de hoje das Bodas de Prata do casal Maria Helena e Ivo Arzua Pereira.

O Dr. Ivo Arzua Pereira com a sempre constante inspiração e dedicado apoio de sua digna esposa Maria Helena, tem sido um valoroso batalhador pelo bem da coletividade, em tantos cargos públicos de relevância que vem desempenhando.

Como Prefeito de Curitiba, Ministro da Agricultura, sua conduta sempre refletiu a felicidade de um lar cristão bem formado.

Hoje quando seus filhos se reúnem junto ao simpático casal em gratidão e reconhecimento, justo é, que o povo paranaense associe-se a alegria desta destacada família, votando-lhe felicidade e bênçãos de Deus.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1974.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, requer, na forma regimental, se registre na Ata dos trabalhos de hoje, votos de aplausos, ao jornal "O Imparcial", editado na cidade de Paranaguá, com circulação em todo o litoral paranaense.

"O Imparcial" tem como seu diretor o vibrante jornalista Azor Jordão Cavalheiro, que graças a sua capacidade, equilíbrio e bom senso, goza de elevado conceito em toda a região.

Registrarmos, aqui, portanto, nossos aplausos extensivos também a todos os funcionários, componentes da equipe de "O Imparcial".

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1974.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, transcrição nos Anais da Casa da Mensagem ao trabalhador paranaense hoje transmitida pelo Exmo. Senhor Governador do Estado, Doutor Emílio H. Gomes, em Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1974.

(a) Borsari Neto

JUSTIFICATIVA:

A ser feita em Plenário.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer de V. Exa. a inserção em Ata de um voto de regozijo pela passagem do aniversário de fundação do jornal "Diário dos Campos", de Ponta Grossa, ocorrido a 27 do mês corrente.

Outrossim, solicita-se que da decisão da Casa, se dê conhecimento àquele Órgão de Imprensa.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1974.

(a) David Federmann

JUSTIFICATIVA:

O vibrante matutino pontagrossense tem sido um dos grandes fatores do progresso da comunidade princesina e um dos motivos de orgulho da imprensa paranaense.

É justo pois que na data em que o "Diário dos Campos" comemora 67 anos de sua fundação a Assembléia Legislativa do Paraná sintonise com as manifestações de simpatia que esta recebendo o jornal pontagrossense.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 46-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Instituto Paranaense de Reabilitação — IPAR —, sediado em Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1974.

(a) Jorge Sato

JUSTIFICAÇÃO:

A documentação anexa, composta de Atestado expedido pelo Conselho Nacional de Serviço Social indicativo do respectivo registro nacional, o Certificado de Registro, emitido pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social fazendo referência ao competente registro naquela repartição, o texto da Lei Municipal n.º 556-67, que declarou a utilidade pública do Instituto, e os extratos do Diário Oficial do Estado, que publicaram o Estatuto da mencionada entidade, é mais do que suficiente para comprovar a pública utilidade do Instituto Paranaense de Reabilitação — IPAR —, de Maringá.

Todas as exigências estabelecidas na legislação que disciplina a matéria estão suficientemente atendidas, pelo que o Projeto tem garantido um trânsito normal pelos órgãos deste Poder.

PROJETO DE LEI N.º 47-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Operária Beneficente Lindóia, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1974.

(a) Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública com este Projeto, atende todos os requisitos exigidos pela Lei pertinente e efetivamente presta inestimáveis serviços à comunidade curitibana.

PROJETO DE LEI N.º 48-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido ao Engenheiro Arturo Andreoli, o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1974.

(a) Antônio Costa

JUSTIFICAÇÃO:

O anexo "curriculum vitae" do ilustre e dinâmico presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL —, Engenheiro Arturo Andreoli, trata com justiça o indiscutível merecimento da honraria proposta.

De um modo especial, a importantíssima obra que vem realizando no setor

energético do Estado, tornando a COPEL uma das mais dinâmicas e produtivas empresas elétricas do país, credenciam-no a receber do povo paranaense, o justo preito de homenagem.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Registramos com satisfação a estada hoje pela manhã, em Rio Branco do Sul, do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Emílio Gomes, que acompanhado dos Senhores Secretários de Viação e Obras Públicas, Trabalho e Assistência Social e Educação e Cultura, inaugurou naquela cidade as instalações onde irá funcionar uma oficina de artes e ofícios, composta de dois prédios construídos pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, através do Departamento de Edificações e Obras Especiais. Os equipamentos serão fornecidos pela FUNDEPAR e a escola formará mão de obra especializada para o mercado da grande Curitiba.

Na oportunidade o chefe do Poder Executivo aprovou o programa de Criação de Centros Comunitários que com financiamentos do BNH atenderá 22 cidades paranaenses. O programa prevê que cada Centro será dotado de creche, jardim de infância, unidade sanitária, núcleo social, canchas de esportes e áreas para recreação.

Durante as solenidades a Companhia de Saneamento do Paraná — Sanepar, também, firmou contrato para realização do projeto do sistema de abastecimento de água do Distrito de Itaperuçu em Rio Branco do Sul.

Coroando as solenidades o Sr. Governador do Estado transmitiu, na véspera do dia consagrado ao Trabalho, mensagem a todos os trabalhadores de nosso Estado, mensagem essa que apresenta as bases do que, no futuro, deverá ser uma Verdadeira Universidade do Trabalho, que pelo seu alto significado e também como uma justa homenagem que podemos prestar desta Tribuna aos trabalhadores do Paraná, tem por nós requerida sua transcrição nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Paulo Poli. Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assinala-se amanhã data universal do Dia do Trabalho. Desejo, uma vez que este Plenário estará fechado no dia de amanhã, deixar a palavra do Movimento Democrático Brasileiro, sobre aquela que entendemos, pelo seu sentido intrínseco, como uma das datas de maior importância para toda humanidade.

Desejamos, entretanto, ao dirigir a nossa saudação à classe dos trabalhadores, em cujo rol temos a honra de nos encontrar, e ao enaltecer o valor do trabalho em relação aos homens, transmitir também o pensamento do MDB sobre a situação atual do trabalhador brasileiro.

Não entendemos, portanto, e devemos dizer, logo de início, que seja uma data de festa para as classes trabalhadoras, principalmente para o operário que percebe salário mínimo em nosso País. O número de trabalhadores que percebem salários razoáveis é míngua. Os demais nunca, condignamente, poderão participar do transcurso desta data.

Recebemos a nova tabela do Salário Mínimo fixado por S. Exa. o Gal. Ernesto Geisel, Presidente da República. Ele era conhecido e não se esperava outra coisa porque não existe, em nosso País, nos dias de hoje a preocupação que deveria existir, acima de qualquer outra, por mais importante que fosse, relativamente ao trabalhador brasileiro.

Não é somente no Brasil. Tenho em mãos um apelo feito por S.S. o Papa Paulo VI, pedindo uma melhor distribuição dos recursos mundiais. Falando em nome da justiça social internacional, a certa altura, Sua Santidade diz: "Mas a justiça internacional pede igualmente que as nações ricas e privilegiadas apoiem estes esforços, eliminando todos os obstáculos e ambições de domínio econômico ou político, dividindo de maneira mais equitativa seu poder econômico com as nações menos fortes e ajudando os países ainda não desenvolvidos a ser agentes de seu próprio desenvolvimento e a participar de medida de oferecer contribuição responsável diante do conserto das nações".

Somente quando as nações em vias de desenvolvimento tiverem meios suficientes para realizar seu destino é que serão capazes, por sua vez, de uma medida de oferecer contribuição responsável diante do conserto das nações".

Recebemos, como todo trabalhador deve ter recebido, friamente, a elevação para 350 cruzeiros mensais, o salário mínimo em nossa região. Em matéria de salário mínimo, é este um dos índices mais elevados em nosso País, baixando até 266 cruzeiros, para se aquilatar que neste País se apregoa um desenvolvimento inigualável, ou dos maiores em todo o mundo, diante de um flagrante transcrito pela imprensa, de que um chefe espiritual da humanidade reclama vistas dos países poderosos para os países fracos, nós não podemos nos iludir com os dados fornecidos pela própria Fundação Getúlio Vargas, embora disfarçadamente, de que, o operariado brasileiro que recebe salário mínimo e mesmo aquele que recebe o dobro do salário mínimo recebe ainda, em verdade, aquilo que se qualifica de salário de fome.

O índice do custo de vida que tomamos como exemplo é o da Guanabara, de vez que é este Estado que tem sofrido menor elevação, em todo o País, sendo que, os 3 Estados onde menos se elevou o custo de vida em 1973 foram: São Paulo, Belo Horizonte e Guanabara, na base de 13,70%, seguindo-se Florianópolis com 16,70%, Porto Alegre com 21,12% e Brasília com 23%.

Nessa tabela em que não figura Curitiba que sabemos ser uma das Capitais de mais elevado crescimento do custo de vida, nós vamos encontrar relativamente aos produtos alimentícios, dos quais precisamente se serve o nosso operariado, entre os que mais sofreram elevação, aqui estão, numa tabela oficialmente adotada pelo Governo, se bem verdade que esta tabela é dissimulada em média com outras tabelas para dar a média desejada, e que acabo de citar, em relação à elevação do custo de vida para as principais Capitais brasileiras. Mas, vendo-se separadamente, pode-se ter uma idéia do que foi em 1973, com possibilidade desses índices serem ainda mais elevados em 1974:

Feijão preto, que em dezembro de 72, custava dois cruzeiros, passou a 4,70, em dezembro de 1973, numa variação portanto de 135% o que equivale a dizer que a esse preço, com um salário mínimo o operário poderá adquirir mais ou menos 70 quilogramas de feijão. Banha de porco de 8 cruzeiros passou para 14, sofrendo uma elevação de 70,5%. Sofreu a sardinha, seguindo-se a laranja, o lombo de porco, a massa de tomate, o queijo, banha, feijão mulatinho, na ordem de 63%. É uma infundável gama de produtos alimentí-

cios. Aquilata-se desta forma que o assalariado, deve merecer dos governantes que num regime democrático, nada mais são que representantes desse próprio assalariado, uma atenção toda especial, porque para seguir outros índices oficiais publicados em 1970, em valor para si, o salário representava 56,5 por cento do salário mínimo vigente no ano anterior. O Departamento Inter Sindical de Estatística Sócio-Econômica da Prefeitura de São Paulo, com apoio na Fundação Getúlio Vargas e no IBGE sustentou que com a quantidade mínima de alimentos que um adulto necessita para viver do seu trabalho, só em alimentação, o bruto seria de 365 cruzeiros e que o salário mínimo deveria ser de 750 cruzeiros e 33 centavos, para o trabalhador casado e pai de dois filhos menores, residente no Rio de Janeiro ou em São Paulo; e concluiu este Departamento, o salário mínimo nominal se elevou em 437%. Entre fevereiro de 64 e maio de 71 em São Paulo, enquanto o custo de vida no mesmo período, subia a 743%.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nenhum dado mais, seja necessário apontar, para dizer-se numa afirmação categórica que não só a despeito do salário mínimo mas como os salários anteriores, são carecedores de um sentido amplo de justiça. E servindo aos desejos de nossas sociedades desservem, portanto, ao invés de servi-lo. Não há por consequência outra homenagem que se possa prestar aos trabalhadores brasileiros, à grande massa trabalhadora, do que ao seu patriotismo ou ao grande espírito de sobrevivência, à sua coragem indômita, à sua paciência incomensurável que nós não sabemos quando terá fim. Mas como toda paciência se satura terá fim um dia, é preciso que os governantes se alertem dos destinos reservados para a grande massa de nossos irmãos brasileiros.

A ninguém é lícito conduzir algo que não lhe pertença, como propriedade sua, exclusiva, privacidade de cada um de nós e regulada por lei, para que não prejudique nossos semelhantes, a ninguém que destina a coisa pública, que responde pelo Governo, que se ache integrado no Governo de um País, para lícitamente, de sua consciência, dirigir os destinos do seu povo. Mas vive-se hoje no Brasil, Sr. Presidente, como se povo é Estado, como se povo é Governo, faz-se coisas completamente distintas tão distintas, como o vinho e o óleo que não se misturam. Ao contrário do que deveriam ser, tão comum como o próprio ar que respiramos, são coisas que nenhum sistema forte conseguiu suprir, remover, porque é justamente na força desse sistema que se acenta o mais grave de todos os defeitos. O defeito de que o povo é obrigado a sentir, a perceber, a receber, a ouvir, a sofrer e a viver, calado; com seus sindicatos e seus órgãos representativos fechados a qualquer manifestação que não fosse de protesto, mas de reivindicação. Confunde-se no Brasil Ordem com Liberdade; confunde-se no Brasil, Ditadura com Ordem e não se separa, como deveria separar-se a liberdade de pensamento da libertinagem, que sempre foi condenada por todos os brasileiros.

No entanto, os sindicatos existem com função específica para que possa sobreviver. A classe estudantil não possui mais o seu órgão representativo; uma ou outra manifestação surge como a manifestação da Associação dos Professores do Paraná; as reivindicações dos licenciados e acadêmicos de pedagogia, espelhando num plano de arrojada independência, as suas necessidades.

O povo brasileiro realmente permanece calado. E isso ensina aos aarautos da ditadura, a afirmação de que o povo está satisfeito com o atual sistema; mas as tradições democráticas, as tradições cristãs, as tradições políticas do nosso povo, não autorizam tais afirmações, a não ser para os eternos louvaneiros do poder. Temos certeza que impera nesta Casa um sentido elevado de liberdade, e uma ansia incoerente de que o País retorne à sua vida democrática, a fim de que os Governantes não sejam meros senhores de uma situação; mas sejam como os homens que integram o Estado Brasileiro, como o seu povo e o seu território, oriundo do seu povo, realmente com raízes em seu povo; e o que é mais importante, indicado pelo próprio povo; porque se o povo brasileiro é realmente quem representa a Pátria brasileira, é realmente o dono deste País; ao povo brasileiro cabe a escolha de seus dirigentes e ao povo brasileiro cabe, se necessário for, ir até a uma Revolução como já ocorreu no passado, para desabrigar um Governo que ele o considera ao desabrigo de seus interesses, dos interesses comuns.

Mas isto nunca poderá servir de motivo para que posteriormente o poder seja usurpado do povo.

Vejamos com clareza meridiana, com a sinceridade de todos os democratas, a imensidão de problemas que existe em nosso País. Mas nada justifica o afastamento do povo do poder, da participação do povo na solução desses problemas. Uma coisa é sofrer sabendo que se está sofrendo pela Pátria, mas coisa muito diferente é sofrer pela imposição de um salário mínimo de fome como ocorre com o trabalhador.

A ele a nossa saudação, a saudação do Movimento Democrático Brasileiro e a esperança de todos nós de que ele se reerga da condição em que se encontra, frustrado, impossibilitado de falar e que amanhã ele possa ter as forças necessárias para sua grande e patriótica conquista.

Era só. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 289-73, que cria o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (FEPPA), com personalidade jurídica própria e dá outras providências. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130-73, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, sediada na cidade de Paranaguá. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136-73, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Igreja Seicho-No-Ie do Brasil, com

sede e foro na Capital do Estado de São Paulo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 140-73, de autoria do Dep. João Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio na cidade de Pérola, para instalação e funcionamento no ano letivo de 1974. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado pelo Substitutivo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 2-73 — aprova Convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, com intervenção do Instituto de Planejamento Econômico e Social, Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A., objetivando desenvolvimento das Agro-Indústrias Paranaenses. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 74-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Curitiba, visando a implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 38-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 200-72, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando desenvolvimento do Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros, utilizando a Vacina Era. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A.I.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 71-73, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Controle Acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 8-74, que suspende até 30-7-75, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2 do artigo 6.º, no número 1 do artigo 14 e no parágrafo 2.º do artigo 52, da Lei n.º 6.417 de 3-7-73, (CÓDIGO DE VENCIMENTO DA P.M.E.). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 14-74, que objetiva majorar, a partir de 1.º de março do corrente ano, os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da P.M.E. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado pelo Substitutivo, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162-72, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues Jr., que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual em Boa Esperança do Iguaçu, Distrito do Município de Dois Vizinhos e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 162-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, município de Dois Vizinhos, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1972.

(a) — **Sebastião Rodrigues Jr.**

JUSTIFICATIVA: — Boa Esperança do Iguaçu é um próspero Distrito de Dois Vizinhos, cuja população vem apresentando um índice de crescimento demográfico e econômico dos mais elogiáveis, fato que lhe dá hoje posição de realce na comuna e na própria região Sudoeste do Estado. A sua população escolar, bastante numerosa, vem encontrando sérias dificuldades para realizar os estudos de 2.º grau, pela ausência de um estabelecimento de ensino dessa espécie. Daí a razão porque, grande parte dela, tem de se deslocar 45 quilômetros para encontrar, em Dois Vizinhos, aqueles estudos. Este fato constitui, como é óbvio, uma falha lamentável que o Poder Público tem a obrigação de corrigir. É esta a razão pela qual apresentamos o presente Projeto de Lei, autorizando a criação de um Ginásio naquela localidade.

PARECER

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I) — País em desenvolvimento, tudo o que se fizer em prol da educação é perfeitamente válido.

Sendo o Sudoeste do Estado uma região progressista, nada mais justo do que dotar o Município de Dois Vizinhos de outro ginásio.

II) — O funcionamento do mesmo está previsto para o próximo ano letivo, não existindo qualquer problema quanto a previsão do Plano educacional do Paraná.

III) — Nenhum impedimento encontramos que possa se antepor ao Projeto.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 30-5-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 162-72

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, autorizar o Poder Executivo a criar no Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, Município de Dois Vizinhos, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2 — Referido plano de lei já mereceu parecer favorável da d.ª Comissão de Constituição e Justiça.

3 — A medida é oportuna e trata-se de simples autorização legislativa, ficando na dependência do Poder Executivo a sua aceitação ou não, e quan-

to ao aspecto financeiro que cabe nesta oportunidade examinar, não vemos qualquer impedimento para deixar de acolhê-la nesta Comissão.

4 — Assim, sendo, nosso parecer é pela **APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Álvaro Dias — Relator

(Ass. ilegíveis)

PARECER

DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA AO

PROJETO DE LEI N.º 162-72

I — O Projeto de Lei n.º 162-72, de autoria do nobre Deputado Sebastião Rodrigues Jr., autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio em Boa Esperança do Iguaçu, distrito do município de Dois Vizinhos.

II — O seu objetivo é dos mais meritórios. Considerando o advento da lei n.º 5692, reforma do ensino, opinamos pela aprovação do Projeto na forma da Emenda Substitutiva anexa.

Curitiba, 8 de novembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 162-72

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um estabelecimento de ensino do 1.º grau, no Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, município de Dois Vizinhos, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 8 de novembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143-73, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública, a Associação Evangélica Educacional e Beneficente — AEED — com sede na cidade de Cianorte. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA EDUCACIONAL E BENEFICENTE — AEED — sita em Cianorte-Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1973.

(a) **Igo Losso**

JUSTIFICATIVA:

A Associação Evangélica Educacional e Beneficente, sita em Cianorte, neste Estado é entidade de caráter educacional e filantrópico, que mantém inúmeras obras sociais como o Instituto Bíblico Presbiteriano de Cianorte, que tem por objetivo formar jovens de alto gabarito moral e espiritual para o atendimento da comunidade. É mantenedora do Lar Evangélico Peniel, que tem por finalidade dar assistência a pessoas desamparadas, conforme faz prova o anexo relatório.

Além destas importantes obras, que vem prestando inegáveis serviços a coletividade protestante, a Associação ampliou suas atividades criando outras obras de assistência aos menores, anciãos, recuperação moral e outras.

A entidade está com seus estatutos devidamente registrados sob o n.º 49, no livro "D" de pessoas jurídicas, no Cartório de Registros de Títulos e Documentos, Pessoas Jurídicas e Protesto de Cianorte, conforme faz prova a anexa certidão.

Conforme se depreende dos Estatutos, a entidade não visa qualquer fim lucrativo e seus Diretores nada percebem a título de remuneração.

Foi já declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal n.º 11-70 de 17 de maio de 1970, estando em plena atividade estatutária. Está também devidamente registrado na Secretaria do Trabalho e Assistência Social sob n.º 389, conforme fotocópia do anexo Certificado de Registro.

Diante do exposto, verifica-se cumprir perfeitamente à entidade todos os requisitos para que seja declarada de Utilidade Pública pelos relevantes serviços que presta.

Assim sendo, proponho a Casa o presente Projeto de Lei, que devidamente analisado, espero mereça a unânime aprovação desta Assembléia, com a sua conseqüente transformação em Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 143-73

AUTOR: Deputado Igo Iwant Losso

PARECER

O Projeto de Lei em apreço, que visa declarar de utilidade pública a Associação Evangélica Educacional e Beneficente, da cidade de Cianorte, preenche, os requisitos exigidos pela legislação que regula a matéria, estando em pleno funcionamento a entidade, prestando auxílio à coletividade, com personalidade jurídica e os cargos de sua diretoria não são remunerados.

Dadas as considerações, não vemos qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, e nosso parecer é pela sua **APROVAÇÃO.**

Sala das Reuniões, em 22 de agosto de 1973.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Quielise Crisóstomo da Silva

(Assinatura Ilegível)

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 143.73

AUTOR: Deputado Igo Iwant Losso

P A R E C E R

Submete-se à consideração desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado IGO IWANT LOSSO, objetivando declarar de utilidade Pública a Associação Evangélica Educacional e Beneficente-AEEB, com sede na cidade de Cianorte.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, opinou pela acolhida da matéria.

Não havendo nenhuma implicação de ordem financeira, âmbito que a esta Comissão compete examinar, opino pela APROVAÇÃO do Projeto em testilha.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18-09-73

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Alvaro Dias

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159-73, de autoria do Dep. João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, na Cidade de Jaguariaíva e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 159-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

ARTIGO 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, como Fundação de Direito Público, na forma prevista na Lei Federal n.º 5540, de 28 de novembro de 1968, e na Lei Estadual n.º 4978, Sistema Estadual de Ensino, de 5 de dezembro de 1964, uma FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, na cidade e município de Jaguariaíva, Pr.

ARTIGO 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários à constituição e funcionamento do estabelecimento de ensino com criação autorizada por esta Lei.

ARTIGO 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 02 de Agosto de 1973.

João C. Fadel

J U S T I F I C A T I V A

Cidade-polo da micro-região 7, onde se concentra uma população de cerca de 60.000 habitantes, contando com implantação de serviços públicos de infra-estrutura, principalmente energia elétrica, telecomunicações, saneamento básico e vias de acesso aos grandes centros através da Rodovia do Café ressaltando-se, todavia, toda aquela região, da ausência de um curso de nível universitário, pois sem exceção, todos aqueles municípios possuem Escola Normal, Escola de Comércio, Ginásio Estadual e Curso Científico, todos cursos de nível médio o que faz com que, pelo menos teoricamente, todos os alunos que os concluem — cerca de 450 anualmente — estejam aptos aos cursos de nível superior. E aqui justamente é que verifica-se um com est. trágico de possibilidade à formação profissional daqueles estudantes, pois a realidade econômica de suas famílias não lhes permite deslocamento para os grandes centros urbanos para complementação educacional.

Entendemos, portanto, que a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade de Jaguariaíva, viria solucionar o problema que impede o acesso aos bancos acadêmicos de ponderável parcela da mocidade estudiosa da cidade e da região, ao mesmo tempo em que contribuiria para elevar, significativamente, o nível de ensino nos estabelecimentos de curso médio, pois os que fossem obtendo seus diplomas naturalmente incorporariam-se ao magistério regional.

Por outro lado, sendo certo que as redes municipais de ensino da região sobrepõem em muito a rede estadual, entendemos que o Governo do Estado deveria retribuir o sacrifício das Prefeituras Municipais de modo que reconhecesse a dedicação que sempre dedicaram ao setor do ensino, ensinando-lhes a possibilidade de passarem a contar com uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o que, de resto, seria fator de desenvolvimento sócio-econômico cultural que reverteria em benefício do próprio Estado.

Os nobres Deputados certamente concordarão com as considerações expostas e darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 159.73

AUTOR: Deputado JOÃO C. FADEL

P A R E C E R

A presente proposição, de autoria do nobre Deputado JOÃO C. FADEL, autoriza o Poder Executivo a criar, como Fundação de Direito Público, na forma prevista na Lei Federal n.º 5540, de 28 de novembro de 1968, e na Lei Federal, digo Estadual n.º 4978, Sistema Estadual de Ensino, de 5 de dezembro de 1964, uma FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, na cidade e município de Jaguariaíva, Paraná.

A medida pretendida se nos afigura justa e oportuna, face às considerações constantes da justificativa do projeto.

Quanto ao aspecto constitucional e legal não há qualquer impedimento que se insurja ao projeto, pelo que opino pelo seu ACDLHIMENTO para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29-8-73

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Ivo Thomazoni

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R

A O

PROJETO DE LEI N.º 159-73

AUTOR: — Dep. João Calil Fadel.

I) — O presente plano de lei já recebeu aprovação na Comissão de Constituição e Justiça.

Torna-se necessário que referida Proposição tenha rápida tramitação, a fim de que, se sancionada pelo Poder Executivo, haja tempo para incluir a verba de instalação, no Orçamento do próximo exercício.

II) — O Projeto é justo, oportuno, sendo o nosso parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18-09-73

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Gilberto Carvalho

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

P A R E C E R

DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA AO
PROJETO DE LEI N.º 159-73

I — O Projeto de Lei n.º 159-73, de autoria do nobre Deputado JOÃO FADEL, autoriza o Poder Executivo a criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na cidade e município de Jaguariaíva.

II — O objetivo do Projeto é dos mais meritórios pois visa oferecer condições de estudos superiores à juventude de uma das mais importantes regiões do nosso Estado. Somos pela sua APROVAÇÃO.

Sala de Reuniões, em 8 de novembro de 1973.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

(Assinatura Ilegível)

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171-73, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo denominar Irmão Ruperto Félix, um dos Estabelecimentos de Ensino Oficial do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 171.73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo a denominar IRMÃO RUPERTO FÉLIX, um dos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1973.

(a) Maurício Fruet

J U S T I F I C A T I V A

Nascido a 9 de fevereiro de 1912, em Marechal Mallet, Estefano Silvinski Neto ingressou na Congregação Marista em 1927 cursando o Juvenato Champagnat nas Mercês. Ingressou no Noviciado em 1931, passando a chamar-se Ir. Ruperto Félix. Iniciou o magistério no Colégio Nossa Senhora da Glória (São Paulo) em 1936, transferindo-se no ano seguinte para o Colégio Santa Maria de onde não mais saíra.

Licenciado em Matemática e Física pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná.

O HOMEM — Dinâmico,ável e distinto em seu trabalho, prestimoso para com todos, cedo conquistou a admiração e simpatia dos colegas, alunos e amigos, que eram legião.

Hábil fotógrafo, foi ele quem, por largos anos "cobriu" todos os eventos do Colégio, legando à história do Estabelecimento farto material jornalístico visual.

Esteve presente, como criador e animador, a todos os "momentos de progresso" do Santa Maria (Capela, Cinema, Fanfarra, Laboratórios, Prédio novo) o mesmo fazendo com a Faculdade de Filosofia, onde foi Bibliotecário, Tesoureiro e Relações Públicas. Seu dinamismo invulgar e rara competência ainda lhe davam tempo para participar das atividades do Circulo de Estudos Bandeirantes, do qual era sócio e membro da Diretoria.

Delegado pela Associação de Antigos Alunos, representou a no Congresso Mundial da mesma em Bruxelas (1968).

PARQUE SANTA MARIA — Uma de suas grandes realizações foi, inegavelmente, a compra e melhoria do Parque Santa Maria. Tudo ali leva sua marca e registra seu esforço incomum (barragem, lagos, ajardinamentos, acesso, luz e finalmente a sede — Recanto Santa Maria). Valia-se da imensa gama de amizades para conseguir grandes coisas com pequenos recursos.

Além de fundador da APM, foi ininterruptamente Diretor do Patrimônio e de Obras, gestão, em que mereceu a imorredoura gratidão dos atuais e futuros associados.

O PROFESSOR — Marista-Educador, dedicou o melhor de seus anos e de sua competência aos alunos do Santa Maria. Seu método e relacionamento com eles eram tecidos de compreensão e de amizade. Ficou famoso seu "método Grenoble", que definia assim: "Em caso de dúvida, dou nota para

aprovar". Nem por isso seus discípulos estudavam menos. Retribuíam-lhe a amizade com o carinhoso apelativo "Tio Rupe".

SUAS AMIZADES — Suas constantes idas e vindas pelo centro da cidade "esbarravam" sempre com os muitos amigos que fizera. Eram tantos... Certa feita, acompanhava o Ir. Superior Provincial que também retribuía os cumprimentos ao "Tio Rupe", tirando cortêsmente o chapéu eclesiástico. Lá pelas tantas, o Superior não se conteve: "JE VOIS QUE AVEC VOUS. LE MIEUX C'EST D'ALLER LE CHA PEAU A LA MAIN" (Estou vendo que, saindo com você, o jeito é andar mesmo de chapéu na mão).

A PARTIDA — Acometido de pequeno derrame cerebral a 18 de junho, voltou às suas atividades depois de 20 dias de repouso. oito dos quais no "seu" Recanto Santa Maria. Todos lhe recomendavam, descanso, mas ele sentia que podia retornar seu ritmo intenso de atividades. Tesoureiro da Faculdade de Filosofia, Coordenador dos Exames Psicotécnicos junto ao DeTRAN, solicitado constantemente por mil e um negócios, não sabia nem que ria parar.

Um segundo derrame a 3 de julho reconduziu à Santa Casa. Seguiram-se três dias "críticos". Às 21,30 horas do dia 26. festa de Santana, um distúrbio cerebral levou-o do convívio dos seus.

PROJETO DE LEI N.º 171-73

AUTOR: Deputado MAURICIO FRUET

P A R E C E R

O nobre Deputado MAURÍCIO FRUET, propõe pelo presente Projeto de Lei, autorizar o Poder Executivo a denominar de IRMAO RUPERTO FÉLIX, um dos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado.

Louvável a iniciativa do autor do Projeto, homenageando o Professor Marista, educador emérito, que dedicou toda sua vida, com competência e dedicação invulgar, aos alunos do Colégio Santa Maria em Curitiba, cujo relacionamento entre os mesmos era de compreensão e de amizade.

Nenhum obstáculo de ordem constitucional, formal ou jurídica, se insurge contra a proposição.

Quanto à oportunidade nada há a contestar.

É com entusiasmo que congratulo-me pela nobreza da iniciativa e opino, sem qualquer contestação, pela **APROVAÇÃO** da mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19-9-73

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Wilson Fortes

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 171-73

AUTOR: Deputado MAURÍCIO FRUET

P A R E C E R

O Projeto de Lei em testilha, cujo autor é o nobre Deputado MAURÍCIO FRUET, visa autorizar o Poder Executivo a denominar IR. RUPERTO FÉLIX, um dos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, em sua devida oportunidade, opinou pelo acolhimento da medida.

No âmbito desta Comissão não se insurge nenhum obstáculo à tramitação do Projeto.

Destarte, opino pela **APROVAÇÃO** da Propositura.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Alvaro Dias

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Saúde Pública, ofício contendo apelo, no sentido de que seja instalado um Posto de Saúde na Colônia de Entre Rios, Colônia Vitória, Município de Guarapuava. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, em data de hoje, das Bodas de Prata do casal Maria Helena e Ivo Arzua Pereira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário de fundação do jornal "Diário dos Campos", de Ponta Grossa, ocorrido em 27 próximo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da Mensagem ao trabalhador paranaense, hoje transmitida pelo Sr. Governador do Estado. — **Aprovado.** (A matéria a ser transcrita acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao jornal "O Imparcial", editado na cidade de Paranaguá, com circulação em todo o litoral paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 18-74. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 6, à Hora Regimental, com a seguinte

O R D E M D O D I A :

- REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 6-74
3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 15-73, 30-73 38-73 e dos Projetos de Lei n.ºs 163-73, 14-74 e 23-74.
2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Leis n.ºs 162-72, 143-73, 159-73 e 171-73.
1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 173-73, 177-73, 201-73, 3-74 e 18-74.

Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BORSARI NETO, EM SESSÃO DO DIA 30 DE ABRIL DE 1974.

TRABALHADORES:

Nesta véspera do dia consagrado ao trabalho, deixei a sede do Governo e vim a casa de vocês em Rio Branco do Sul, para daqui enviar uma mensagem aos trabalhadores dos quatro cantos do Paraná.

Entendo por trabalhador, todo aquele que conosco constrói o desenvolvimento, desde o homem que carrega nas costas o cimento indispensável ao erguimento de cidades; passando pelo funcionário responsável pelo bom andamento da máquina administrativa, categoria na qual está incluído o próprio Governador; e chegando ao lavrador que, no campo planta as sementes do bem estar econômico e social da nossa gente.

Mas, acima de tudo, minha alegria de aqui estar é ainda maior pelo fato de poder entregar ao povo de Rio Branco do Sul, e particularmente à sua juventude, esta Oficina de Artes e Ofícios.

Porque esta Oficina é o símbolo vivo do desafio que está transformando o Paraná.

O desafio da industrialização.

No Paraná, de hoje, ao lado do impressionante crescimento da agricultura e da pecuária, os distritos industriais surgem em todo o Estado, prenunciando sensíveis alterações nas infraestruturas humana e de serviços — no campo e nas cidades.

Paralelamente à implantação de centenas de novas indústrias, também o Governo Federal convocou o Paraná para responder à necessidade crescente de energia, com a Usina do Xisto, em São Mateus do Sul; com a Refinaria de Araucária; e, sobretudo, com a colossal Hidrelétrica de Itaipu, no Rio Paraná.

Isso tudo vai exigir do nosso povo um esforço incómun.

No entanto, sei de antemão que os resultados serão coroados do mais pleno êxito, pois o paranaense, mesmo diante das maiores adversidades — climáticas ou políticas — sempre reagiu esplendidamente, como pudemos comprovar nos últimos anos, transformando a dificuldade em recordes de desenvolvimento econômico.

O Governo do Estado, por estas razões, tem que trabalhar dobrado para acompanhar o empenho desenvolvimentista do povo do Paraná.

E este trabalho ganha agora um novo impulso, dentro de um novo enfoque, voltado para as novas realidades paranaenses.

Se neste momento Rio Branco do Sul está ganhando a sua Oficina de Artes e Ofícios, a partir dela o Paraná vai ganhar um completo Programa de Melhoria e Especialização dos seus Recursos Humanos.

Programa que aglutinará todos os esforços da valorização do homem paranaense, principalmente a sua juventude, pois não podemos deixar de ter em mente que cerca de 45% da nossa população está abaixo dos 15 anos, constituindo-se numa potencial força de trabalho, que precisa ser convenientemente preparada para assumir seu papel na sociedade do amanhã.

Os mais diversos setores da administração estadual já estão sendo acionados para a concretização do Programa Paranaense de Melhoria e Especialização dos Recursos Humanos que, em todo o Estado, através de cursos dirigidos, tratará de formar valores nos campos da indústria; da agricultura tecnificada; das artes; da saúde pública; do cooperativismo; do serviço público; enfim, onde quer que se faça indispensável o aperfeiçoamento do homem para melhor servir à comunidade.

Ao mesmo tempo, determinei ao Secretário do Trabalho e Assistência Social, aqui presente, que desse início aos estudos para implantação de um Centro de Formação de Mão de Obra no Paraná, que possa dar atendimento imediato à demanda de força de trabalho especializada, nas muitas indústrias que estão sendo instaladas por todo o interior e na Capital.

Neste particular, a Cidade Industrial de Curitiba é o exemplo mais representativo, pois, até o final do próximo ano de 1975, as unidades fabris que nela se instalarão vão exigir nada menos que 9.369 empregos diretos.

Estas duas medidas associadas — o Programa de Melhoria e Especialização dos Recursos Humanos e o Centro de Formação de Mão de Obra — são as bases do que, no futuro, deverá ser uma verdadeira Universidade do Trabalho: um conjunto de estabelecimentos de ensino que, através do perfeito entrosamento do Governo-Universidade-Iniciativa Privada formará uma geração de técnicos, voltados para as reais necessidades do desenvolvimento.

Esta é a tarefa à qual os paranaenses estão convidados a participar, nesta véspera do Dia do Trabalho.

A tarefa de ampliação e fortalecimento do programa de infraestrutura social, a exemplo do que o Governo Federal já vem fazendo, num dos mais significativos aspectos da obra revolucionária, que é a valorização do homem por meio de programas como o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, o Programa de Integração Social, o Funrural, e outros.

Ainda agora, recebi do Ministro do Trabalho, o eminente Dr. Arnaldo Costa Prieto, comunicação de que o Funrural acaba de beneficiar o Paraná com a quantia de 730 mil e 500 cruzeiros, para aplicação em equipamentos hospitalares, a serem distribuídos por todo o Interior do Estado.

Por outro lado, o Paraná ganha hoje também o marco inicial de vigorosa campanha, que vai levar 22 Núcleos Sociais ao Interior, com recursos da ordem de 12 milhões de cruzeiros, só para a primeira fase, na qual cinco projetos terão encaminhamento imediato.

Meus amigos.

Tudo o que aqui foi dito é a devolução parcial que o Governo do Estado faz ao povo paranaense pelos resultados do Trabalho deste mesmo povo, traduzido no dinamismo que tenho testemunhado em muitas viagens pelo Interior.

Porém, muito há ainda que ser feito.

Mas, diante das perspectivas que se abrem aos nossos olhos: de contínuo incremento da agricultura e pecuária; da transformação pela agro-indústria; da melhoria e valorização dos recursos humanos, certamente também este desafio será vencido; e, muito em breve, o Paraná alinhará a sua renda "per capita" entre as maiores do Brasil.

Tenho comigo esta certeza e é ela o móvel da minha inabalável crença no poder de trabalho e criatividade dos paranaenses, sem a qual seria extremamente mais árdua a missão de governar este Estado.

A todos, o meu muito obrigado!"

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Finanças

7.ª Legislatura — 4.ª Sessão Legislativa

Ata da 3.ª Reunião Ordinária

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974), na Sala das Reuniões, as dezesesseis e trinta (16.30) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielise C. Silva, e contando com as presenças dos Senhores Deputados João C. Fadel, Gilberto Carvalho, e Alvaro Dias. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados pelo Senhor Deputado João C. Fadel, com pareceres favoráveis e aprovados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 257-73 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que declara de utilidade pública a Fundação São José, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 263-73 — de autoria do Senhor Deputado Arthur de Souza, que declara de utilidade pública o Clube da Soda "Hélio Brandão", desta Capital. PROJETO DE LEI N.º 293-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 107-73 encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre participação do Estado do Paraná, no Plano Nacional de Habitação Popular "PLANHAP". PROJETO DE LEI N.º 3-74 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur que, declara de utilidade pública o "Centro de Estudos de Comércio Exterior" CECEX, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 13-74 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior que declara de utilidade pública o Orfanato São Valdomiro, com sede na cidade de Irati. PROJETO DE LEI N.º 18-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 9-74, encaminhando anteprojeto de lei alterando, na forma que especifica, as denominações das vagas de oficiais nos Quadros de Especialistas da Polícia Militar do Estado. PROJETO DE LEI N.º 27-74 — de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva,

que autoriza o Poder Executivo doar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Rolândia, as datas de terras de n.ºs 4 a 19 da quadra n.º 40, da Planta Geral da referida cidade, de propriedade do Estado e dá outras providências. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 72-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, que dá nova redação ao artigo 3.º da Resolução n.º 19-69, de 15.08.69, já alterado pelo artigo 1.º da Resolução n.º 4-70, de 26.05.70. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 79-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 256-73 — Aprova os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Alto Paraná, Pérola D'Oeste, Pirai do Sul e Roncador, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 258-73 — Aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura e o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, para Assistência Técnica aos Sistemas de Ensino e Planejamento Educacional. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 2-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 259-73 — Aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Itambé, Mandaguari, Mandaguaiçu, Maria Helena, São João do Triunfo e São Jorge D'Oeste, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 31-74 — Aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e o Estado do Paraná, objetivando desenvolver programa sobre "Estudo para Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná. PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 15-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 10-74 — Aprova os Termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Corbélia, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia no referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 45-74 — Aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Barbosa Ferraz, Cafeara e São Carlos do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícias locais, mediante aplicação de dotações e de verbas que especifica. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, do qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) QUIELSE C. DA SILVA — Presidente

a) Teresinha M. Moura e Claro — Secretária